



RIO GRANDE DO SUL

VITÓRIA! JUSTIÇA OBRIGA SELTEC A PAGAR FERIADOS EM DOBRO DESDE 2011



A Justiça do Trabalho acaba de decidir, numa ação coletiva do Sindvigilantes do Sul, que a Seltec Vigilância Especializada Ltda. deve pagar em dobro os feriados trabalhados para TODOS os vigilantes da empresa que desempenharam a escala 12 x 36, desde setembro de 2011 até novembro de 2017.

É outra vitória importante do sindicato para a categoria, através da sua assessoria jurídica (escritório Young, Dias, Lauxen & Lima), beneficiando um grande número de vigilantes, inclusive os que foram demitidos neste período.

Porém, a empresa ainda pode ingressar com recurso contra a sentença, o que quer dizer

que o processo vai se arrastar mais um pouco, até chegar a hora dos trabalhadores receberem esse dinheiro.

O sindicato afirmou no processo que a Seltec não cumpriu a Súmula 444 do TST, obrigando seus empregados da escala 12x36 a trabalharem nos feriados sem pagar a remuneração em dobro, que é estipulada na referida súmula.

Em vista disso, a juíza Fabíola Scvitz Dornelles Machado determinou o pagamento pela Seltec das “diferenças de horas extras, em razão do labor em feriados, a serem apuradas com base nos registros de ponto que também serão anexados aos autos por ocasião da liquidação, acrescidas do adicional de 100%, com integrações em férias com 1/3 e 13º salários”

NÃO ABRA MÃO DE SEUS DIREITOS. PROCURE NOSSA ASSESSORIA JURÍDICA SEMPRE QUE SE SENTIR PREJUDICADO OU TIVER ALGUMA DÚVIDA. JUNTOS SOMOS FORTES.

Fonte: Sindvigilantes do Sul

Empresas ligadas a cinco distritais abocanharam R\$ 2,7 bilhões do GDF

Valores foram pagos ao longo dos últimos 15 anos. Deputados destacam que contratos foram firmados após licitações públicas



Tal mpresas e entidades ligadas direta ou indiretamente a cinco deputados distritais da atual Legislatura, que começa os trabalhos na prática nesta segunda-feira (4/2), receberam valores bilionários dos cofres do GDF ao longo dos últimos 15 anos. De acordo com o Sistema Integral de Gestão Governamental (Siggo), que reúne os gastos do governo, de 2003 a 2019 o Distrito Federal pagou R\$ 2.709.409.126,34 às companhias. O montante é referente à prestação de serviços gerais, de segurança e transporte.

Os grupos empresariais que mais receberam recursos públicos no período analisado são

os ligados, na seguinte ordem, aos distritais Robério Negreiros (PSD), Eduardo Pedrosa (PTC), Valdelino Barcelos (PP), José Gomes (PSB) e Rafael Prudente (MDB), recém-eleito presidente da Câmara Legislativa. Esses parlamentares ou vieram da área empresarial ou são familiares de donos de grandes empreendimentos.

A família campeã no ranking é a de Robério, deputado que este ano inicia seu terceiro mandato na CLDF. A Brasfort, comandada pelo pai do distrital – que tem o mesmo nome do filho –, possui contratos em diversas áreas de segurança armada e desarmada, serviços gerais e de atendimento ao público. Desde 2007, primeiro registro de suas atividades no Siggo, até os primeiros dias de 2019, recebeu R\$ 1.133.510.404,13. O ano mais lucrativo foi 2015, quando o GDF pagou à companhia R\$ 213 milhões pelos serviços prestados.

Em segundo lugar está a Dinâmica, da família Pedrosa, que atualmente tem como representante no parlamento candango o distrital Eduardo Pedrosa. A empresa atua nas áreas de serviços gerais, brigadas de incêndio, jardinagem, manutenção de segurança predial, administração e logística. Em mais de 15 anos de serviços prestados ao GDF, captou R\$ 795.407.928,44 do erário.

Embora este seja o primeiro mandato de Eduardo na Câmara Legislativa, o sobrenome já teve representação no plenário. Tia do novato, Eliana Pedrosa (Pros) ocupou cadeira na Casa por três mandatos – 2002, 2006 e 2010. Em 2014, disputou vaga de deputada federal e, no ano passado, tentou o Palácio do Buriti, mas fracassou nas duas empreitadas.

Caminhoneiros

Logo atrás da Brasfort e da Dinâmica, entre as pessoas jurídicas mais agraciadas com recursos públicos do DF, vem uma entidade ligada ao setor de transportes: a Cooperativa dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas e Passageiros em Geral.

Criada em 2009, a Coopercam-DF era presidida, até o ano passado, pelo distrital de primeiro mandato Valdelino Barcelos (PP), atualmente licenciado do cargo. Desde sua fundação, a Coopercam-DF recebeu R\$ 419.854.053,14 do GDF. A cifra refere-se à locação de máquinas, caminhões e ônibus para o governo local.

Outro estreante na Câmara Legislativa com fortes laços no setor produtivo é José Gomes. Dono da Real JG Serviços Gerais, o parlamentar teve de se afastar do comando da empresa para assumir o mandato, conforme determina a legislação.

De 2013 a 2019, a Real JG recebeu R\$ 304.735.113,20 de contratos com o GDF. O ano em que mais faturou dinheiro público foi 2018, o último da gestão do correligionário Rodrigo Rollemberg (PSB) à frente do Palácio do Buriti. Naquele período, foram pagos cerca de R\$ 86 milhões.

Denúncia de coação

Nas eleições de 2018, a Real JG foi pivô de um episódio controverso que chegou ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF). A Corte investiga a informação de que funcionários da empresa teriam sido coagidos a votar em José Gomes.

A denúncia foi apresentada pelo deputado distrital reeleito Chico Vigilante (PT), após o Metrôpoles divulgar áudios em que um primo de José Gomes supostamente ameaça trabalhadores da empresa a votarem no parente.

Nos áudios, o homem ameaça perseguir os trabalhadores caso as zonas eleitorais do DF registrassem, durante a votação, número de votos inferior ao de funcionários da Real JG que moram em cada uma dessas localidades. O caso ainda aguarda julgamento do TRE-DF.

A lista de empresas ligadas a deputados é fechada pela 5 Estrelas. A companhia é do ex-distrital Leonardo Prudente, pai do atual presidente da Câmara Legislativa, Rafael Prudente. Desde 2007, a empresa recebeu R\$ 55.901.627,43 relativos aos contratos com o GDF.

Prestadora de serviços na área de vigilância, a 5 Estrelas atua em escoltas armadas e desarmadas, na terceirização temporária de mão de obra, organização de eventos, segurança eletrônica e brigadas de incêndio.

O que dizem os deputados

Todos os parlamentares citados foram procurados pela reportagem. Segundo Robério Negreiros, as empresas da família têm 40 anos de existência e os contratos com o poder público foram firmados por meio de licitações. “Nunca fui sócio dessas companhias e não possuo qualquer ingerência sobre atos de gestão”, assegurou o político do PSD.

Por meio de assessoria, Eduardo Pedrosa explicou que nunca teve participação na Dinâmica e passou apenas seis meses como estagiário na empresa, quando tinha 17 anos – hoje, o deputado tem 29.

A assessoria de Valdelino Barcelos informou que, como o distrital está licenciado da Coopercam-DF, não responde mais pela cooperativa. No entanto, ressaltou que a entidade está preparada para participar de licitações públicas e não acredita na relação entre a eleição de Valdelino e os contratos firmados durante sua gestão.

Ainda segundo a assessoria do distrital, a cooperativa não fica com os valores recebidos. “Eles são distribuídos entre os cooperados, de acordo com a produção deles”, disse, mediante nota.

Também por meio de assessoria, Rafael Prudente alegou não poder comentar o assunto, sob o argumento de que está afastado das empresas da família desde 2013.

Procurado ao longo da última semana, José Gomes e a assessoria do socialista não haviam se pronunciado até a mais recente atualização desta reportagem. Contudo, em 7 de outubro, logo após ser eleito, ele comentou a denúncia investigada pelo TRE-DF.

“Não temo, de maneira nenhuma [uma eventual condenação]. Do mesmo jeito que não sou injusto com as pessoas, não quero ser injustificado. Não vou jogar nem meu nome nem o do meu pai no lixo.”

À época, José Gomes disse também que não pretendia abrir mão dos contratos que tem com o GDF. Segundo o parlamentar, tudo foi conquistado por meio de pregões eletrônicos e não via problemas em mantê-los, mesmo assumindo um cargo público.

Fonte: metropoles

Média anual de desempregados saltou de 6,7 para 12,8 milhões

Números de desalentados e de subutilizados também tiveram grande aumento



Apesar de estáveis, continuam altos os números de desempregados, de trabalhadores e trabalhadoras subutilizados (aqueles que trabalham menos de 40 horas por semana e gostariam de trabalhar mais), desalentados (aqueles que desistiram de procurar emprego depois de muito tentar) e os sem carteira assinada, segundo os dados da PNAD-Contínua divulgados pelo IBGE nesta quinta-feira (31).

A taxa de desemprego do trimestre móvel

encerrado em dezembro de 2018 foi de 11,6%, menor do que a do trimestre de julho a setembro (11,9%) e estável em relação a do último trimestre de 2017 (11,8%). Neste trimestre, 12,2 milhões de trabalhadores estavam desempregados - queda de 2,4% em relação ao trimestre anterior.

Entre 2014 e 2018, a média de desempregados pulou de 6,7 milhões para 12,8 milhões, alta de 90,3%.

A taxa composta de subutilização da

força de trabalho (percentual de pessoas desempregadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada) foi de 23,9% no trimestre encerrado em dezembro. Na comparação com o mesmo trimestre de 2017 (23,7%) a taxa ficou estável, mas ainda atinge 27 milhões de trabalhadores, 560 mil a mais do que no mesmo trimestre de 2017.

A média anual de subutilizados passou de 15,5 milhões para 27,4 milhões entre 2014 e 2018. A alta foi de 76,8%.

Já o total de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas foi estimado em aproximadamente 6,9 milhões no trimestre fechado em dezembro, estável em relação ao trimestre anterior. Na comparação com o mesmo trimestre de 2017, houve alta de 7,0%, quando havia no Brasil 6,5 milhões de pessoas subocupadas.

O número de pessoas desalentadas (4,7 milhões) também ficou estável em relação ao trimestre julho a setembro de 2018, mas subiu 8,1% se comparado ao mesmo trimestre de 2017 (mais 355 mil pessoas).

Em relação à média anual, o aumento no número de desalentados foi maior ainda: 209,1% em quatro anos. Passou de 1,9 milhões em 2014 para 4,7 milhões em 2018 (mais 3,2 milhões).

O total de trabalhadores no setor privado com carteira (33 milhões) e sem carteira assinada (11,5 milhões) permaneceram estáveis em relação ao trimestre anterior, mas a categoria por conta própria, com 23,8 milhões de pessoas, aumentou 1,5% no período. Na comparação com o último semestre de 2017, os empregados sem carteira e os trabalhadores por conta própria tiveram aumentos de 3,8% e 2,8%, respectivamente.

O número de trabalhadores do setor privado com carteira assinada (menos os trabalhadores domésticos) foi de 33,0 milhões de pessoas, ficando estável em ambas as comparações.

Nas médias anuais, de 2014 para 2018, houve queda de -10,1% (3,6 milhões) no número de trabalhadores com carteira assinada.

Já o número de empregados sem carteira assinada (11,5 milhões) subiu 3,8% (mais 427 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2017, permanecendo estável em relação ao trimestre anterior. Entre as médias anuais de 2014 para 2018, houve um aumento de 7,8% (mais 811 mil pessoas) nesse contingente.

O número de trabalhadores por conta própria (23,8 milhões) subiu 1,5% em relação ao trimestre anterior (mais 352 mil pessoas) e 2,8% em relação ao mesmo trimestre de 2017 (mais 650 mil pessoas).

Nas médias anuais, em 2012, trabalhavam por conta própria cerca de 22,8% (ou 20,4 milhões de trabalhadores) da população ocupada. Em 2018, esse percentual subiu para 25,4% (ou 23,3 milhões).

Os grupos de atividades que tiveram aumentos no contingente de ocupados na comparação com o trimestre anterior foram: comércio (1,5%), transporte (3,4%) e comunicação, informação e atividades imobiliárias e financeiras (1,9%).

“O aumento na ocupação nesses setores remete principalmente à informalidade, com aumento do trabalho por conta própria. As principais atividades com aumento no período se relacionam com as eleições, a Black Friday e a contratação temporária para o fim de ano, um fenômeno sazonal”, afirmou Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, em entrevista no site da entidade.

Fonte: CUT

Proposta de reforma da Previdência de Bolsonaro é pior do que a de Temer

Governo quer que homens e mulheres se aposentem aos 65 anos, com 40 anos de contribuição e sistema de capitalização de caráter obrigatório. Idosos carentes e pessoas com deficiência receberão menos



Trabalhadores são contra a reforma que deve ser enviada pelo governo Bolsonaro até o fim do mês ao Congresso

São Paulo – A minuta da proposta de emenda à Constituição (PEC) de reforma da Previdência que o governo de Jair Bolsonaro (PSL) deve enviar ao Congresso Nacional este mês é pior para os trabalhadores do que a do ex-presidente Michel Temer (MDB). O texto da PEC, obtido pelo Estadão/Broadcast, prevê a obrigatoriedade de idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem. A proposta que Temer tinha encaminhado previa idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres.

A PEC de Bolsonaro prevê, ainda, que quem quiser receber 100% do benefício terá de trabalhar 40 anos. E cria um sistema de capitalização, de “caráter obrigatório”.

A capitalização da Previdência é uma espécie de poupança que os trabalhadores serão obrigados a fazer. Eles terão de abrir uma conta individual para depositar um percentual do salário todos os meses para bancar seus benefícios no futuro. Adotado no Chile durante a ditadura militar, a capitalização da Previdência levou aposentados à miséria.

Atualmente, há duas formas de se aposentar no Brasil: 1) por idade, com a exigência de ter 65 anos (homens) e 60 anos (mulheres), com no mínimo 15 anos de contribuição; ou, 2) por tempo de contribuição, quando não se exige idade mínima, mas são necessários 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres) de pagamentos ao INSS.

A reforma que deve ser enviada pelo governo Bolsonaro até o fim do mês ao Congresso acaba com a possibilidade de se aposentar por tempo de contribuição.

Quarenta anos contribuindo

O texto obtido pelo Estadão/Broadcast – e confirmado pela agência de notícias com duas fontes da equipe econômica – propõe que o tempo mínimo para se aposentar pelo INSS seja de 20 anos, com o recebimento de 60% do benefício. A cada ano a mais, acrescentará dois pontos percentuais até chegar a 100% do benefício com 40 anos.

No regime dos servidores públicos, a contribuição mínima começará com 25 anos e para ter direito a 100% do benefício também serão necessários 40 anos de serviço.

Capitalização

Os trabalhadores poderão usar parte do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), caso queiram, para complementar a contribuição, sem prejuízo de outras fontes adicionais de contribuições patronais e do trabalhador. Será vedada a transferência de recursos públicos para esse novo sistema, diz a proposta preliminar.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

A gestão desse novo sistema será feita por entidades de previdência públicas e privadas, habilitadas pelo governo. O trabalhador poderá escolher a entidade que vai gerir esses recursos e poderá optar pela portabilidade a qualquer momento sem nenhum custo. O governo não poderá usar esses recursos.

A capitalização será feita em regime de contribuição definida. Isso significa que o valor da contribuição é acertado no ato da contratação do plano e o benefício que será recebido no futuro varia em função do valor das contribuições, do tempo em que foram feitas e da rentabilidade dos recursos.

Idosos e pessoas com deficiência

A proposta de Bolsonaro muda as regras para quem recebe o benefício da prestação continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Atualmente, o pagamento de um salário mínimo é assegurado para pessoas com deficiência e idosos de baixa renda com mais de 65 anos de idade.

De acordo com o Broadcast/Estadão, está previsto o pagamento de R\$ 1 mil para pessoas com deficiência sem condição de sustento. Já idosos e outros trabalhadores de baixa renda terão seus ganhos reduzidos. Quem comprovar condição de “miserabilidade”, e tiver 55 anos ou mais, terá assegurada renda mínima de R\$ 500. Os maiores de 65 anos receberão R\$ 750. Ter mais de 70 anos e 10 anos de contribuição vai assegurar prestação extra de R\$ 150.

Em todos os casos, será obrigatória a comprovação de renda mensal per capita familiar inferior a um quarto de salário mínimo.

Fonte: RBA * Com informações da CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF